

A ANEXAÇÃO DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS POR ISRAEL NA GUERRA DO SEIS DIAS (1967) A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS JOGOS EM MÚLTIPLAS ARENAS

The Annexation of the Territories Occupied by Israel in the Six Day War (1967) through the Perspective of Nested Games

Leonardo Luiz Silveira da Silva¹

O prelúdio

A Guerra de Independência (1948) foi um evento que colaborou para um rearranjo das fronteiras entre Israel e seus vizinhos árabes. Neste rearranjo concretizado após o imbróglie militar, a proposta da ONU de criação de um Estado árabe e um Estado judeu na região do Levante britânico foi sumariamente ignorada: tanto pelos judeus que avançaram suas linhas territoriais para além das terras que a eles eram destinadas quanto pelos Estados árabes vizinhos – a saber o Egito e a então Transjordânia – que amealharam territórios que foram imaginados a um novo Estado árabe. Em Maio de 1950, as fronteiras originadas a partir do armistício entre Israel e seus vizinhos árabes foram endossadas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra no documento que ficou conhecido como Declaração Tripartite. Com a estabilização das fronteiras através do armistício, Jordânia e Israel começaram a desenvolver projetos relativos à utilização dos recursos hídricos da bacia do rio Jordão. Contudo, a interpretação ambígua dos termos do armistício foi fonte de novas turbulências entre Israel e os seus vizinhos. De acordo com Lowi,

No início da década de 1950, tanto Israel quanto a Jordânia estavam engajados em formular e implementar unilateralmente seus planos de construção de uma política nacional em relação aos recursos hídricos, para desenvolver a capacidade de sua economia de absorver imigrantes e refugiados. Durante este período, aconteceram ações hostis e retaliações em áreas próximas às linhas de demarcação do armistício envolvendo Israel e seus vizinhos árabes. A área mais questionada era a do alto rio Jordão e a margem sudeste do lago Tiberíades (Kinneret). A discussão envolvia diferentes interpretações do status legal destas áreas. A Síria se opôs a eventuais planos israelenses de exploração ou desenvolvimento das áreas questionadas, enquanto a Jordânia, nação muito dependente das águas da bacia do rio Jordão, estava especialmente preocupada com a possibilidade de Israel desviar o fluxo da água a montante. (LOWI, 1995, p.79-80, versão livre).

Em 1952 Israel elaborou seu plano nacional para o abastecimento interno e desenvolvimento dos seus recursos hídricos, chamado de Plano dos Sete Anos (*Seven Year Plan*). Resumidamente, a ideia do plano

¹ Graduado em Geografia, especialista em gestão de políticas sociais, mestre em relações internacionais e doutorando em geografia.(leoluizbh@hotmail.com).

consistia na construção de uma grande estrutura em rede que levaria a água de onde ela estivesse disponível até as áreas mais carentes do país (LOWI, 1995, p.49). Em termos práticos isto significaria conduzir a água da bacia do Jordão até a planície costeira, área densamente povoada, assim como para o Negev, área extremamente carente de recursos hídricos. Deste modo, a água da bacia do rio Jordão seria conduzida para áreas fora da bacia, o que contribuía para a deterioração das relações entre Israel e seus vizinhos árabes, pois estes últimos achavam que - baseados em um princípio observado em diversas outras situações de disputa hídrica - a água da bacia do rio Jordão somente deveria ser utilizada no interior da própria bacia, que é delimitada pelos divisores de água.

Com o início das operações e desvios dos recursos hídricos a partir do lago Kinneret feitos por Israel, a Jordânia começou a se opor fortemente às atividades israelenses à montante da bacia, principalmente àquelas relacionadas à construção do *National Water Carrier*. A Jordânia acionou o Conselho de Segurança da ONU utilizando o argumento de que as atividades à montante estavam limitando o fluxo normal do Baixo rio Jordão, que na década de 1950 estava boa parte sob total domínio jordaniano. Como resultado do desvio à montante, a salinidade da água à jusante aumentou a um ponto em que era impossível irrigar as terras da porção sul do vale do Jordão, que pertenciam à Jordânia.

Bastante pressionada no que diz respeito à relação entre disponibilidade e demanda de água, a Jordânia tinha nos projetos de desenvolvimento dos seus recursos hídricos a prioridade dentre os demais projetos nacionais. O reino Hashemita recebeu um grande fluxo de refugiados palestinos que estavam distribuídos, na década de 1950, na margem leste e oeste do rio Jordão (a margem oeste passou a ser controlada por Israel somente a partir da Guerra dos Seis dias em 1967). Ao mesmo tempo em que Israel desenvolvia os seus projetos hídricos à montante da bacia, a Jordânia passou a tratar com a Síria um acordo bilateral que viabilizaria a utilização conjunta do rio Yarmouk, principal tributário do rio Jordão, no intuito de prover a geração de energia elétrica e a construção de reservatórios. Estes se apresentaram ao longo da segunda metade do século XX como uma opção bastante razoável para a Jordânia. Os reservatórios são capazes de armazenar eventuais excedentes vindos do fluxo de água em anos mais chuvosos (sempre na estação do inverno, a mais úmida no tipo climático da região). Uma das propostas trazidas em 1938 para a Jordânia foi o trabalho de M. G. Ionides intitulado “*Report on Water Resources of the Transjordan and their Development*”, que sugeria que a única área passível de ser irrigada na bacia era o Vale do rio Jordão entre o lago Kinneret e o Mar Morto. Além disso, apontava que para a Transjordânia, era razoável estocar a água do rio Yarmouk na região próxima ao lago Kinneret, controlada por Israel, para fins de abastecimento. Era tida como uma proposta que envolvia um intrincado jogo político, pois sugeria a cooperação entre os Estados recém criados (SOSLAND, 2007, p.27). Contudo, na década de 1950 a cooperação não se mostrou opção razoável na visão dos governos árabes vizinhos a Israel, como argumenta Sosland particularmente no que tange a Jordânia:

Em 1952, o governo jordaniano, em conjunto com a Agência Técnica de Cooperação norte-americana e com a *United Nations Relief and Works Agency* (UNRWA), que foi estabelecida em 1949 para dar assistência aos refugiados palestinos, ofereceu uma nova sugestão, conhecida como plano Bunger, que evitava a cooperação com Israel. Esta proposta, que incorporava o assentamento de 100.000 refugiados

palestinos no vale do rio Jordão, propunha o estoque das águas do rio Yarmouk através de um grande reservatório a montante deste tributário em Maqarin, servindo somente a Jordânia e a Síria. Ao contrário do plano de MacDonald ou Ionides, o plano do reservatório de Maqarin tornou possível o fato de a Jordânia evitar a construção e utilização das águas de um reservatório na região do lago Kinneret, adiando uma eventual cooperação entre as partes. (SOSLAND, 2007, p.28, versão livre).

Mapa 1- A bacia do rio Jordão (The Jordan River Basin)



Fonte: Unep, 2001.

Em Março de 1953 a Jordânia e a Síria assinaram em Damasco um tratado a respeito da exploração das águas do rio Yarmouk, o que possibilitou posteriormente a construção de uma hidrelétrica e da

elaboração do projeto para a construção do reservatório de Maqarin. O reservatório não conseguiu sair do estágio de projeto por causa da forte oposição de Israel, que considerava que o projeto não levava em conta os seus direitos como Estado co-usuário do rio Yarmouk (SOSLAND, 2007, p.29). Apesar de situado a montante no que diz respeito ao rio Jordão em relação à Jordânia, a posição se inverte quando a referência é o Yarmouk. Este tributário nasce na Síria, percorre a fronteira sírio-jordaniana e atravessa um pequeno trecho do território israelense antes de atingir o Jordão.

A adoção de medidas unilaterais e a deterioração da relação entre os países co-usuários da bacia do rio Jordão nos primeiros anos da década de 1950, levaram os Estados Unidos a se envolverem com a questão hídrica regional. A política externa das grandes potências na década de 1950 era influenciada pela Guerra Fria. Os Estados Unidos não queria ficar marcado no Oriente Médio como um país que apoiava incondicionalmente o Estado de Israel em detrimento dos seus vizinhos árabes, com receio de que a União Soviética pudesse aumentar a sua influência na região. Ao mesmo tempo não poderia desagradar Israel e a influente comunidade judaica norte-americana. Desta forma,

Em 7 de Outubro de 1953, o presidente Eisenhower indicou o embaixador Eric Johnston para desempenhar uma missão no Oriente Médio. O Objetivo da missão era facilitar um acordo entre Israel, Jordânia, Líbano e Síria no que diz respeito a construção de um plano de desenvolvimento hídrico em conjunto. A estrutura do acordo era baseada em 4 premissas: (1) A Jordânia teria o maior direito em relação as águas do Yarmouk e Israel não desviaria do rio Jordão e dos seus tributários mais do que o volume estipulado em acordo; (2) as linhas do armistício de 1949 teriam que ser redefinidas de modo que o controle das águas do Tiberíades assim como do canal que desvie as águas do Yarmouk não fosse exclusivo de Israel; (3) as zonas desmilitarizadas do vale do rio Jordão acabariam; e (4) a exploração das águas do rio Litani não entrariam em pauta. (LOWI, 1995, p.86, versão livre).

A proposta de acordo tentada por Eric Johnston envolveu várias rodadas de negociação entre os anos de 1953 e 1955. Os grandes favorecidos no plano de compartilhamento dos recursos hídricos de Johnston seriam Israel e a Jordânia, por abrangerem em seus territórios a maior parte da área da bacia e por não terem outros recursos hídricos relevantes a sua disposição além das águas da bacia.

Tabela 1

Distribuição das águas de acordo com o plano unificado de Johnston de 1955 (em milhões de m³)

País	Alto rio Jordão	Rio Yarmouk	Total
Israel	375*	25	400
Jordânia	100	377*	477
Síria	42	90	132
Líbano	35	Não é co-usuário	35

* De acordo com a proposta, Israel e Jordânia têm direito ao resíduo do alto rio Jordão e do Yarmouk respectivamente, após os demais co-usuários retirarem os seus valores fixos. O valor apresentado é uma média histórica do fluxo anual, que pode variar de ano para ano.
Fonte: Libizewski, 1995

Enquanto Israel concordava com o plano, principalmente pelo fato do mesmo colocá-lo na posição de legítimo co-usuário da bacia, os Estados árabes relutavam em assinar um acordo, pois isto significaria o reconhecimento do Estado de Israel (JAGERSKOG, 2003, p.84). A Síria, que deveria ter um papel relevante nas negociações devido ao fato de boa parte das águas da bacia ser proveniente de nascentes em seu território, se posicionou como o mais forte opositor ao plano apresentado por Johnston. Segundo Elmusa:

Na literatura que aborda a política da água, muita ênfase é dada ao aspecto político da rejeição. A Síria rejeitou o plano Johnston porque isto significa o reconhecimento de Israel e a possibilidade de fortalecimento da economia do Estado judeu. Mas nós temos que considerar a possibilidade que a Síria não estava satisfeita com o tamanho da cota que lhe foi proposta. A Síria é o maior contribuinte do sistema tanto em termos de área drenada quanto em escoamento. Enquanto o país contribui com mais que 50% do escoamento, a proposta lhe destinava 10%. Embora a lei internacional de água e a prática não sugere que a água transfronteiriça deva ser distribuída entre os países de acordo com suas respectivas contribuições em relação ao fluxo, os co-usuários que estão posicionados à montante geralmente consideram que a água originada nos seus territórios deveria ser de uso deles. (ELMUSA, 1998, p.304-305, versão livre).

O mediador americano viu a preferência dos árabes em continuar a receber ajuda econômica ao invés de costurar um acordo político com o Estado de Israel. Embora a mediação de Johnston tenha falhado no seu objetivo de produzir um acordo formal entre os co-usuários, obteve sucesso para produzir uma ideia concreta sobre o direito aos recursos hídricos da bacia que continuou a influenciar as políticas hídricas da região para o restante do século (SOSLAND, 2007, p.19).

Quando o acordo falhou, em 1955, crescia no Oriente Médio a ideia do pan-arabismo, tendo no Egito e na figura do seu recém empossado presidente Gamal Abdel Nasser um dos seus expoentes. O sentimento de união entre os árabes e nenhuma concessão a Israel tornou-se mais forte. Foi nesse contexto que a Jordânia projetou o canal East Ghor (posteriormente passou a se chamar canal do rei Abdullah), que atravessaria o vale do rio Jordão paralelamente ao curso jusante do rio, o que atenderia e facilitaria o assentamento de refugiados palestinos que ocupavam a região. O canal desviaria as águas do Yarmouk, o que não significava uma afronta à proposta de Johnston de 1955, à medida que a ideia central desta proposta era o Yarmouk sendo utilizado preferencialmente pela Jordânia e o Alto rio Jordão por Israel. O canal começou a ser construído em 1959 e foi finalizado em 1987, depois de uma terceira fase de construção, atingindo uma extensão de 70 km. Tinha como ponto de origem um trecho do Yarmouk próximo à fronteira entre Síria, Jordânia e Israel, a poucos quilômetros do lago Kinneret. Os Estados Unidos financiou a parte inicial do projeto, mediante as garantias da Jordânia de que não retiraria mais água do Yarmouk do que aquela que havia sido proposta pelo plano Johnston (HADDADIN, 2006. p.33). Isto evidencia o papel relevante desta proposta, que mesmo sem ser implementada, tornou-se uma referência para futuras negociações. Segundo Lowi, o objetivo do canal era

Expandir a agricultura irrigada, dobrar (ou eventualmente triplicar) os campos de cultivo e gerar empregos neste país pequeno, árido e carente de recursos, assolado por um explosivo crescimento populacional (aproximadamente 2,8% ao ano), bastante dependente da agricultura como principal fonte de sustentação da economia. (LOWI, 1995, p.116, versão livre).

Em Junho de 1959, ao mesmo tempo em que a Jordânia anunciava seus projetos de desenvolvimento hídrico, Israel anunciou seus planos de começar a bombear a água do lago Kinneret para as regiões costeiras e para o Negev. Para completar a construção dos canais e das unidades de bombeamento essenciais para conduzir a água através da irregular topografia do seu território, Israel pediu financiamento aos Estados Unidos, sob o argumento de que, assim como o projeto jordaniano do Canal de *East Ghor*, o sistema *National*

Water Carrier não iria retirar mais água do alto rio Jordão além daquela sugerida pela proposta não implementada de Eric Johnston (1955) (LOWI, 1995, p.118).

A Jordânia, que é o país dentre os Estados árabes mais dependente das águas do rio Jordão e o mais sensível em relação a retirada da água do lago Kinneret por parte de Israel, fez um sério apelo para a adoção de uma ação conjunta para coibir a execução do projeto israelense. Duas ações possíveis foram cogitadas pelos árabes: o desvio das águas do rio Hasbani e do Baniyas para o Líbano e para a Síria, o que diminuiria o fluxo da água que abastece o lago Kinneret ou o confronto militar. Encorajados pelo Egito de Nasser a não considerar naquele momento a segunda opção, sob a alegação de que os Estados Unidos estaria disposto a ajudar Israel caso o país sofresse uma agressão dos seus vizinhos árabes (LOWI, 1995, p.124), Síria e Líbano começaram a desviar as águas dos tributários do alto rio Jordão, em Dezembro de 1964. Além disto, planejavam construir um reservatório para impedir que as águas do Yarmouk chegassem a Israel (JAGERSKOG, 2003, p.85). Como reação a estas medidas por parte dos árabes,

Israel atacou as estruturas construídas para o desvio das águas do Hasbani e Baniyas diversas vezes entre os anos de 1965 e 1966, efetivamente interrompendo a construção. Estes incidentes são não raramente vistos como o prelúdio da guerra de 1967. Alguns argumentam que são parte de uma cadeia de eventos que conduziu Israel e seus vizinhos à guerra. (JAGERSKOG, 2003, p.85, versão livre).

Em 1967, a partir da hesitação das nações árabes aliadas em adotar a estratégia militar como resolução das questões pendentes com Israel, a força aérea israelense surpreendeu as nações aliadas ao lançar um ataque preventivo e arrasador à força aérea egípcia, importante aliado da Jordânia e da Síria. Entrando na guerra para apoiar o Egito, a Jordânia foi também derrotada com facilidade, perdendo toda a margem ocidental do rio Jordão (Cisjordânia) sob o seu controle. O Egito perdeu a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, enquanto a Síria, que também participou dos combates contra as tropas israelenses, perdeu as colinas de Golã. Após a Guerra, Israel passou a ter controle sobre 42% da área de drenagem da bacia do rio Jordão, contra 25% que tinha antes de 1967 (JAGERSKOG, 2003, p.85). Além disto, passou a controlar as nascentes do alto rio Jordão, que os seus vizinhos árabes ameaçavam desviar.

Pósludio

A Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança, produzida no dia 22 de Novembro de 1967, visou a normalização das relações entre Israel e seus vizinhos árabes que estiveram envolvidos no conflito conhecido como a Guerra dos Seis Dias. Israel nunca rejeitou a resolução como um todo, mas preferiu valorizar certos elementos e interpretá-los de modo particular (UZIEL, 2011). Egito, Jordânia e Líbano, países árabes que sofreram perdas territoriais após o término da Guerra dos Seis Dias, rejeitaram prontamente a proposta, ao que pese o fato de que, nas décadas seguintes e com o abandono da posição de oposição sistemática a Israel que era pregada pelo Egito, os termos da resolução foram invocados como referência para futuros acordos bilaterais. Essas eram as tratativas centrais da resolução:

(i) a retirada total de Israel dos territórios recém ocupados durante o conflito;

(ii) o fim de todas as atividades hostis e o respeito pela soberania, integridade territorial e independência política de todo os países da área, garantindo o direito de viver em paz com segurança, com as fronteiras reconhecidas e livre dos atos de força. (Resolução 242 do Conselho de segurança da ONU, 1967, versão livre)

Os termos do tratado geraram muita polêmica. Primeiramente, a recusa árabe em aceitá-los se explica pela rejeição em reconhecer o Estado israelense. Segundo, a omissão do artigo “the” na frase que assim se coloca: “withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in recente conflict”. A partir desta omissão, o diplomata e jurista estadunidense Eugene Rostow, envolvido nas negociações originais, considera que Israel tem discricionariedade para decidir de que territórios deverá sair como parte de um esforço para alcançar a paz (UZIEL, 2011). Itay Fischhendler (2008) argumenta em um trabalho acadêmico, que a linguagem ambígua é comum em acordos internacionais e que ajuda a construir os termos de acordos bilaterais e amplos tratados de paz em situações em que os atores envolvidos no jogo político possuem sérias divergências. A linguagem ambígua permite certa margem de manobra a partir das suas possibilidades de interpretação, deixando que temas pontuais e muito delicados de um acordo mais amplo possam ser discutidos a posteriori, sem inviabilizar a concretização do mesmo. A omissão do “the” no caso das tratativas da Resolução 242 era uma ação que facilitava a aceitação israelense aos seus termos.

A Resolução 242 foi feita no mesmo ano da Guerra dos Seis Dias e da anexação territorial israelense. Contudo, não houve tempo entre o fim do conflito e da Resolução para uma territorialização efetiva que integrasse a economia israelense aos novos territórios e que fizessem com que este aspecto representasse um entrave, na ótica israelense, à devolução dos territórios ocupados em troca do seu reconhecimento pelos seus vizinhos até então hostis. Sabe-se, contudo, do grande potencial econômico da Cisjordânia, território que possui em seu território importante reserva hídrica armazenada em um aquífero subterrâneo, bem como a importante posição estratégica das Colinas de Golã (como ponto chave de vigília e contenção de investidas sírias) e da Faixa de Gaza e do Sinai (como territórios tampões que protegeriam Israel do Egito).

Com a mudança de posição política egípcia frente às relações bilaterais com Israel (notadamente durante o governo Anwar el Sadat) os termos da Resolução mostraram-se como referências futuras no que tange à conciliação regional. A devolução do Sinai prevista no acordo de paz assinado na virada da década de 1970-80 deu claros sinais de que tal território era menos importante para Israel do que o reconhecimento do seu Estado e o alcance da paz com seus vizinhos, ao que pese o fato da Faixa de Gaza não ter sido devolvida ao Egito. Em 1994, na ocasião do acordo de paz entre a Jordânia e Israel, a Cisjordânia não foi devolvida a Jordânia como um prêmio a realização da paz. Contudo, há de se considerar que a Cisjordânia da década de 1990 era um território que reunia condições políticas e demográficas que preocupavam o reino hashemita, como argumentei em minha dissertação (SILVA, 2011): a anexação da Cisjordânia traria mais problemas do que soluções à Jordânia. E, também, era algo impensável para Israel, que retira 1/3 de toda a água que consome dos aquíferos armazenados em calcário e que compõem parte do substrato geológico do território palestino ocupado (LONERGAN e BROOKS, 1994). A Síria, Golã e Israel compõem, ainda hoje, um dos contenciosos territoriais do Oriente Médio que estão mais distantes de uma solução.

Jogos de múltiplas arenas

Sustento que a atividade humana é orientada pelo objetivo e é instrumental e que os atores individuais e institucionais tentam promover ao máximo a realização de seus objetivos. A este pressuposto fundamental chamo “pressuposto da racionalidade”. (TSEBELIS, 1998, p.21).

Quando a escolha de um ator envolvido em um jogo político aparentemente não condiz com o “princípio da racionalidade”, diz que foi feita uma opção subótima, em que os ganhos (*payoffs*) advindos do jogo em questão não foram os melhores possíveis. A perspectiva do ator racional não permite espaço para esse tipo de escolha. Contudo, tais escolhas parecem se observar na dinâmica concreta das interações. A pretensão de Tsebelis na obra citada é, sem abandonar o pressuposto da racionalidade, explicar tais escolhas. O autor trabalha com a hipótese dos jogos aninhados – que seriam jogos em múltiplas arenas ou jogos institucionais – a partir da qual escolhas subótimas seriam possíveis. Na visão de Tsebelis (1998), casos de escolhas aparentemente subótimas seriam, na verdade, exemplos de discordância entre o ator e o observador². Segundo esta abordagem, haveria duas possibilidades explicativas para esta discordância: ou o ator de fato escolhe uma estratégia não-ótima, ele seria, portanto, não racional, ou o observador estaria enganado - não estaria neste caso observando o conjunto dos jogos que estariam sendo jogados.

Sobre a escolha do ator, o autor considera que

Há dois casos em que o ator escolhe de forma subótima: se ele não puder escolher racionalmente ou se cometer um erro (...).
(...) Não penso que o primeiro caso seja importante no estudo dos fenômenos políticos. O segundo caso não pode ocorrer com frequência, pois, se o autor reconhece que estava enganado, é de se presumir que ele corrija o seu comportamento (TSEBELIS, 1998, p.22).

Quanto aos possíveis equívocos na avaliação do observador a respeito das escolhas do ator, o autor afirma que

Há também dois casos em que o observador pode não reconhecer o curso racional da ação. Primeiro, o observador comete um erro, pensando que a ação ótima é A_i , quando não é. Segundo, o observador pensa que o conjunto de ações possíveis se limita a A^1, \dots, A_n , quando não é o caso – pode haver algumas outras opções, inclusive alguma melhor que A_i . (TSEBELIS, 1998, p.22)

Em sistemas eleitorais resolutos³ que contam com a possibilidade de segundo turno quando a maioria simples dos votos não é atingida no primeiro turno, eleitores podem fazer escolhas subótimas na tentativa de eliminarem da disputa candidatos mais ameaçadores àqueles que são de sua preferência.

Se, com informação adequada, a escolha de um ator parecer subótima, é porque a perspectiva do observador está incompleta. O observador centra a sua atenção em apenas um jogo, mas o ator está envolvido em toda uma rede de jogos – o que chamo de jogos ocultos. O que parece subótimo na perspectiva de um único jogo é na verdade ótimo quando é considerada toda a rede de jogos. (TSEBELIS, 1998, p.22).

² Ator é aquele que participa do Jogo. Observador é aquele que avalia/analisa o jogo.

³ Sistemas eleitorais resolutos são aqueles que excluem empates.

Segundo esta abordagem, se os atores não escolhem o que parece ser a estratégia ótima é porque estão envolvidos em jogos ocultos.

Conclusão

A concordância de Israel com os termos do plano elaborado por Eric Johnston mostrava claramente as suas intenções de negociar com os seus vizinhos árabes e se tornar um Estado reconhecido perante os mesmos. Os termos do plano levavam Israel a acessar uma quantidade de recursos hídricos modesta frente às suas necessidades e às suas grandes aspirações desenvolvimentistas. Tanto é verdade que logo após a rejeição a Johnston, Israel colocou seus planos de construir uma grande rede de transporte regional de água, ferindo princípios internacionais e pressionando os seus vizinhos árabes à negociação, o que não aconteceu, devido a opção de sistemática oposição a existência do Estado Israelense. Tanto os atos que envolviam ações unilaterais junto à bacia hidrográfica do rio Jordão quanto às respostas militares enérgicas e imediatas frente aqueles que se opunham ao transporte de recursos hídricos para áreas situadas fora da bacia hidrográfica, fazem parte de um intrincado jogo político cuja variável muito importante é o reconhecimento do Estado israelense pelos seus vizinhos. Com a predisposição israelense em aceitar os termos da Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, torna-se ainda mais evidente que os territórios ocupados eram mais um instrumento de barganha política. Se por um lado não podemos ignorar a importância dos recursos hídricos como fator de mobilização política dos atores políticos envolvidos nesta temática, seria tão grave quanto o fazê-lo ignorar a mobilização israelense a favor do reconhecimento do seu Estado.

Na ótica dos jogos ocultos, o posicionamento israelense no que tange ao plano Johnston bem como às suas ousadas ações unilaterais e aos termos da Resolução 242 poderia se mostrar irracional. Contudo, um julgamento dotado deste qualitativo mostraria que o observador do intrincado jogo político possui informação incompleta e analisa a ação israelense a partir de um plano. O jogo mostra-se multidimensional, possuindo dimensão tão importante quanto o acesso aos recursos hídricos, o reconhecimento do Estado israelense pelos seus vizinhos. No conjunto dos jogos emaranhados (*nested games*), Israel buscou a solução ótima, tentando maximizar seus ganhos em várias disputas conectadas.

REFERÊNCIAS

- ELMUSA, Sharif S. *Toward a Unified Management Regime in the Jordan Basin: The Johnston Plan Revisited*. Washington: **Yale F&ES Bulletin**, 1998.
- FISCHHENDLER, Itay. Ambiguity in transboundary environmental dispute resolution: The Israeli-Jordanian Water agreement. **Journal of Peace Research**, Los Angeles, v. 45, n. 1, p.91-109, 2008.
- HADDADIN, Munther J.(ed) *Water Resources in Jordan*. Washington D.C.: **RFF Press**, 2006.
- JAGERSKOG, Anders. *Why states cooperate over shared water: The water negotiations in the Jordan River Basin*. Linköping: **Linköping University**, 2003.
- LIBISZEWSKI, Stephan. *Water disputes in the Jordan River Basin Region and their role in the resolution of the Arab-israeli conflict*. Zurich: **Center for security studies and conflict research**, 1995.

- LONERGAN, Stephan; BROOKS, David. *Watershed: The role of fresh water in the Israeli-Palestinian conflict*. Ottawa: **International Development Research Centre**, 1994.
- LOWI, Miriam R. *Water and Power*. The politics of a scarce resource in the Jordan River Basin. New York: Cambridge University Press, 1995.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. *A cooperação jordaniana-israelense referente aos recursos hídricos da bacia do rio Jordão a partir da perspectiva dos jogos em múltiplas arenas*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: **Puc Minas**, 2011.
- SOSLAND, Jeffrey K. *Cooperating Rivals: The riparian politics of the Jordan River Basin*. New York: State University of New York, 2007.
- TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: **Universidade de São Paulo**, 1998.
- UZIEL, Eduardo. O controverso caso da Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança. *Política Externa*, Vol. 20, Nº 1, São Paulo: **Editora Paz e Terra**, 2011.
- UNITED NATION ENVIRONMENT PROGRAMME. Disponível em: <
<http://www.grid.unep.ch/product/map/images/jordanb.gif>>. Acesso: 02 fev. 2010.

Recebido em 16 de novembro de 2015.

Aprovado em 25 de janeiro de 2016.

RESUMO

Em diversos momentos de tensão antes e após a Guerra dos Seis Dias, Israel dá sinais claros de que o acesso aos recursos hídricos fica em um segundo plano em relação ao seu objetivo mais importante: o reconhecimento do seu Estado.

Palavras-Chave: Guerra dos Seis Dias; Água; Jogos Ocultos;

ABSTRACT

In several moments of tension before and after the Six Day War, Israel gives clear signals that access to water is in the background in relation to its most important goal: the recognition of their state.

Key Words: Six Day War; Israel; Nested Games;